



URBANIZAÇÃO, UMBANDA E SAÚDE POPULAR EM SANTA CATARINA: A CONSTRUÇÃO FEMININA DO BEM ESTAR FÍSICO E MENTAL

Cristiana Tramonte¹

A gênese da Umbanda em SC está basicamente erigida sobre a atuação feminina na saúde popular, auxiliando as classes populares em seu equilíbrio físico e mental. No vácuo do atendimento médico tradicional dos profissionais da medicina acadêmica no século XIX, início do século XX, as chamadas benzedeadas surgem como a solução para os males do espírito, da mente e do corpo.

As práticas dos denominados “curandeiras, benzedeadas e feiticeiras” estão na origem do surgimento dos primeiros umbandistas e sua relação com as práticas alternativas de saúde, motor principal e central que justificou e impulsionou esta forma de organização social e espiritual.

Aborda-se esta perspectiva quando confrontada com as concepções hegemônicas da época, principalmente da Medicina Oficial e do saneamento público configurado na “missão higienizadora” das primeiras décadas do século XX. Estas redefiniram valores, normas de conduta e espaços físicos e sociais e esteve na base da repressão aos cultos afro-brasileiros no princípio do século XX.

O deslocamento imigratório que irá avolumar a região metropolitana de Florianópolis resultará em adensamento urbano e novas configurações populacionais redefinem as estratégias religiosas e organizativas do chamado “povo-de-santo” local.

Origens da Umbanda em Santa Catarina e a atuação feminina na saúde popular

Os primeiros registros sobre a origem da história das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis remontam a meados do século XIX. A exemplo do que ocorreu no restante do país, seus adeptos não podiam revelar-se ou organizar-se abertamente, diante da violência física e simbólica que pairava sobre estes. A violência era oriunda dos preconceitos e conseqüente perseguição advindos da condição de marginalização e exclusão social de seus primeiros criadores, os negros africanos em situação de escravidão.

Os estudos iniciais de que se tem conhecimento indicam a ligação das religiões afro-brasileiras com seu aspecto terapêutico, tanto no sentido físico quanto psicológico. Seu aspecto

¹ Professora do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina; Doutora em Ciências Humanas. tramonte@ced.ufsc.br



prático ressaltará imediatamente à primeira vista quando examinamos as explicações de seu surgimento. Na ação cotidiana, densa e silenciosa estão as mulheres que, mais tarde, serão as pioneiras na liderança de terreiros abertos ao público

Na antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, as práticas alternativas de saúde estão na raiz das práticas religiosas afro-brasileiras. A cura procurada e exercida pelos pobres que não podiam arcar com os custos da medicina alopata será o principal motor pelo qual, surgem, afirmam-se e crescem as práticas religiosas que, mais tarde, irão se afigurar com sua feição abertamente afro-brasileira. Estas tem, nos seus primórdios, as benzedeadas, em geral mulheres das classes baixas e médio-baixas da população, que possuíam grande prestígio pelo poder a elas atribuído de cura espiritual e física, com o auxílio de rezas e ervas, numa clara mistura de terapêutica corporal e espiritual.

Nos debates acadêmicos sobre o tema que ocorreram em todo o Brasil, posições antagônicas resultavam em tratamentos diferenciados a respeito da questão. Em Santa Catarina, e especificamente em Florianópolis o tema da contribuição cultural dos negros em várias áreas do conhecimento dividirá opiniões e incentivará pesquisadores.

Benzedeadas e “feiticeiras”: saúde popular e a medicina oficial

Os primeiros argumentos abertamente contrários às práticas da benzedura associam-nas sempre ao charlatanismo² e ignorância. É bastante escassa a documentação histórica sobre o período em que preponderaram as benzeduras como práticas embrionária das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis e essenciais para entender sua formação. Por isto, nos deteremos um pouco mais detalhadamente nas contribuições do médico, historiador e folclorista catarinense Oswaldo Cabral que é o primeiro a interessar-se profundamente pelo estudo das práticas alternativas exercidas na Vila de Desterro do século XIX. Sua obra³ representa um marco neste campo, porque, além de pioneira, é fruto de extensiva pesquisa desenvolvida há meio século quando, certamente, suas contribuições serviram de ponto de partida para o registro, sistematização e inserção do tema da cultura médica e religiosa popular local no meio acadêmico⁴.

² Maggie (1992) localiza historicamente o surgimento do termo charlatanismo: no Código Penal de 1942, artigo 282, charlatanismo é a prática da macumba e do candomblé, rituais de pessoas ignorantes, que devem ser controladas e penalizadas evitando que façam o mal. (p.190)

³ Medicina, médicos e charlatões do passado, 1942.

⁴ Atualmente os estudos nesta área avançaram no sentido de reconhecer as limitações da lógica cartesiana neste campo. Duarte (1994) demonstra que estudos recentes tem incorporado o termo “psicossocial” para suprir a insatisfação com a categorização das representações sobre o humano na cultura ocidental moderna que fragmenta corpo e mente. Ele



Curandeiras, feiticeiras e benzedoras e todos aqueles envolvidos com alternativas populares de saúde eram alcunhados com o rótulo indiscriminado de “charlatões”⁵ e rejeitados como praticantes de “curandeirismo indígena” e “falsa medicina”. Em contraposição, a redenção para os males da ignorância e ingenuidade populares seria a “verdadeira medicina”, praticada na Academia, hegemônica, calcada no cientificismo racionalista ocidental, formadora das concepções da elite médica.

Homeopatas e alopatas: o conflito do poder

Analisando a existência do núcleo profissional médico na Desterro do século XIX, nem mesmo os homeopatas são poupados. Em Desterro, o código de Posturas de 10 de maio de 1845 já previa multas ao “*Boticário que vender drogas suspeitas e venenosas a escravos ou a pessoas desconhecidas*”⁶. Cabral aponta, já em 1860, a existência da homeopatia em Desterro. Uma década depois, outro surgiria e os primeiros embates públicos, inclusive através dos jornais, entre alopatas e homeopatas, com os primeiros acusando abertamente os segundos de usurpar-lhes os clientes. O confronto demonstra que uma medicina baseada em ervas e plantas já contrariava os interesses dominantes, notadamente das elites que exerciam a hegemonia nesta área científica e que temiam ver-se na iminência de disputar espaço profissional com outras concepções de medicina e perder credibilidade, poder, influência e clientes para estas. Entretanto, se entre a medicina oficial não havia espaço para a homeopatia, era grande sua penetração junto aos “*chefes de famílias numerosas e escravaria grande... só chamando médico quando as aplicações falhavam*”⁷, indicando claramente o profundo enraizamento e aceitação destas práticas de saúde junto à população.

Ora, tal contrariedade se fazia ainda mais notória quando os princípios de cura começavam a ser exercido pelas classes populares, aí então duramente perseguidos como feiticeiras, charlatões, curandeiras e toda uma terminologia destinada a marginalizar e criminalizar qualquer prática de saúde alternativa à Medicina alopata consagrada na Academia.

Perseguição e preconceito: marcas de benzedoras e “feiticeiras”

aponta que ao longo do século XX e, mais especificamente a partir da Segunda Guerra Mundial, vem se consolidando uma reação ao que denomina um “reduccionismo biomédico”.

⁵ Maggie (1992) demonstra que o Código Penal de 1985 (artigo 283) mantém inalterada a classificação de charlatanismo como “*inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível*” deixando aberta a brecha para a interpretação das práticas religiosas afro-brasileiras como “charlatanismo” (p.47).

⁶ Lei 222. In: Mortari, 1995.

⁷ Cabral, 1942:183



Entre os profissionais da medicina oficial da época, era corrente a associação de médicos falsificadores de diplomas com os praticantes de uma medicina popular de base religiosa⁸. Embora não haja uma referência explícita à sua identificação, indícios levam-nos a crer que se tratasse de práticas tradicionais de origem africana trazidas pelos negros escravos, como atesta este trecho de um discurso de Ribeiro de Almeida à Junta de Higiene Pública.

Qualquer preta velha sem meios de ganhar a vida improvisa-se parteira... quando não lança mão de remédios mais ou menos nocivos”. (op.cit. p.260). E prossegue: “não há somente benzedeadas, tiradores de quebranto, levantadores de espinhela cahida (sic); há cousas revoltantes”.

A referência explícita à etnia da curandeira e as práticas citadas deixa claro que o orador referia-se especificamente às sessões de benzedura que, no século seguinte, darão origem à Umbanda na Grande Florianópolis.

No século XIX, sob a denominação de “crendices e superstições” há indícios da presença de vários elementos de forte significação ritual para os praticantes das religiões afro-brasileiras que permanecem até a atualidade: galinhos de arruda para proteção;

Benzedeadas brancas e de cor, nos bairros pobres, que saíam de seus afazeres... que benziam para mal de bichas ou de empingens, tosses compridas ou sapinho... rezavam pela frente e costas do doente, murmurando palavras e fazendo gestos adequados,... e queimavam ervas e repetiam frases sem nexos” (idem).

Esta descrição corresponde exatamente aos relatos colhidos em entrevistas na atualidade com mães e pais-de-santo da Umbanda sobre este período, como atesta este depoimento de Aléxis Teódolo da Silva, o Pai Leco, sobre sua mãe, a tradicional benzedeadada e umbandista Mãe Lídia:

Aí minha mãe incorporou a Vó Estefânia e começou a fazer consultas e rezas, tornou-se benzedeadada. Minha mãe atendia num quartinho e a comunidade participava porque tudo elas benziam; espinhela caída, olho gordo, mau olhado, cobreiro, torção de pé, embruxado, zipra.

São ações cotidianas entre os umbandistas, até mesmo nos dias atuais, “atender” em suas próprias residências “fazendo a caridade”, benzendo contra todo tipo de doenças de origem física ou psicossocial, utilizando a defumação com ervas acompanhadas de rezas.

Assim, embora a denominação Umbanda não fosse sequer cogitada na Desterro do Século XIX, os relatos indicam a incontestável existência de práticas similares no período, existindo até mesmo a bipolaridade entre magia branca (para o bem) e magia negra (para o mal). A magia negra, também denominada “feiticeira” é, desde tempos imemoriais, associada à população de origem africana:

Foi uso antigo apelar para os africanos, conhecedores de secretas forças e misteriosas composições. Alguns desmanchavam coisas feitas por outrem; e não raro atendiam ao apelo de fazer... feitiço por vingança... (idem).

⁸ Ver o capítulo “Charlatães e curandeiras”. In: Cabral, 1942



Na Desterro do século XIX, a repressão contra os “feiticeiras” era acionada sempre que se constata sua existência. A prática era desautorizada e sobrevivia na clandestinidade, pois as Posturas puniam os adeptos. O Decreto 222 de 1845 especifica:

Todo o que a titulo de curar feitiços, ou de adivinhar se introduzir em qualquer casa, ou receber na sua algum para fazer semelhantes curas por meios supersticiosos, bebidas desconhecidas, ou para fazer adivinhações e outros embustes será multado... ou 15 dias de cadeia[sic], e sendo captivo[sic] será punido corporalmente” (op.cit.p.268).

Como se vê, a repressão estende-se até mesmo ao âmbito mais íntimo da vida privada, como o direito de ir e vir e receber em sua casa.

Em finais do século XIX é incontestável a existência de traços das religiões de origem africana entre os moradores de Desterro:

Os presos Manoel Secretario e Domingos Gama, denunciados como feiticeiras residentes no Sacco dos Limões... estes dois africanos já velhos, se empregavam [sic] no exercício do fetichismo, pretendendo fazer curativos por meios supersticiosos, iludindo. (p.269)

O texto prossegue, indicando outra característica que permanecerá até os dias atuais:

Parte da população daquelle [sic] lugar e mesmo, (o que nos causa admiração e espanto) algumas pessoas da capital que julgávamos um pouco civilizadas [sic], acreditavam nos taes feiticeiras, mandando como consta ter-se visto bilhetes que acompanhavão [sic] seus escravos para serem curados⁹.

Além da surpresa do jornalista da época - meados do século XIX - diante da participação de pessoas “civilizadas” - leia-se de classe social superior à das “feiticeiras”- o relato indica outra componente da participação dos extratos sociais mais abastados: a tentativa de permanecerem incógnitos e manterem no anonimato suas crenças religiosas, quando estas estão próximas aos cultos afro-brasileiros, tendência que permanecerá até a virada do século XX.

O perfil social dos praticantes das religiões afro-brasileiras não estará restrito às classes populares desde seus primórdios, embora haja concentração de lideranças e participantes neste extrato social nesta fase. Parcelas das classes médias e altas integrarão o “povo-de-santo”, ora somente como consulentes dos “serviços espirituais”, como no passado, ora como adeptos e praticantes regulares como atualmente. Haverá variação ao longo do tempo na concentração numérica: nos primórdios, até os anos 40, as classes médias e altas recorrerão às religiões afro-brasileiras somente como consulentes; a partir de então será possível visualizá-las como integrantes regulares dos terreiros.

⁹ A Regeneração, 14/12/1879. In: Cabral, 1942.



Espiritualidade ou racionalidade? A motivação causal das curas

O pensamento médico hegemônico da época priorizava a análise técnica, objetiva e racionalista da doença. “Charlatães” era a denominação indiscriminadamente dada às chamadas “curandeiras”, médicos falsificadores de atestados de saúde e benzedeiros. O cientificismo acadêmico desprezava a possibilidade de considerar as causas psicossomáticas das doenças, sobre as quais as pesquisas eram ainda incipientes. Recentemente, as causas de origem emocional e psíquica são largamente admitidas entre os profissionais da saúde como origem de doenças orgânicas e correspondem à maior porcentagem dos indivíduos que procuram a Umbanda. Além do benefício psíquico e emocional que a Umbanda traz para muitos de seus adeptos apontado em seus depoimentos, é notória a importância e eficácia das ervas e remédios caseiros utilizados, mas todas estas alternativas são desprezadas pelo cientificismo hegemônico da época.

Cabral reconhece a permanência no tempo das práticas de curas descritas como resultado da ação de

entidades mórbidas que ainda constituem um verdadeiro problema para a medicina contemporânea, apesar do grande adiantamento que marcou o avanço da ciência e das artes médicas, daquele tempo para os nossos dias (p. 274).

Ele chega a referir-se a um caso que denomina como o “crioulo dos Bobos”: um certo capitão foi consultar-se com um “*preto que foi receitando quanta erva e raízes medicinais conhecia embora nada pesque de Pathologia*”. Relata que, após a cura bem sucedida do capitão, seu prestígio cresce mais e mais até que a Câmara multa a todos os envolvidos e proíbe as consultas. Embora não haja qualquer indício de charlatanismo na prática do “curandeiro” citado, o capitão que lhe deu apoio é descrito incredulamente como um “*velho octogenário e hemiplégico além do mais convicto das virtudes do preto... não sabemos quanto tempo durou o prestígio deste pobre negro dos Bobos*”. (p. 270).

Tal ceticismo tem sua base teórica situada no positivismo hegemônico da ciência ocidental da época. Este, incapaz de considerar contribuições de outras origens epistemológicas, nega claramente a contribuição das tradições culturais populares dos diversos grupos populacionais constituintes do povo brasileiro – como os indígenas e negros – e proclama a supremacia absoluta da “nova” verdade médica, aquela elaborada nas Academias, oriunda da chamada Ciência Moderna Ocidental.



Mulheres benzedoras: promoção da e saúde e inclusão social

Além de boas cristãs, as benzedoras são também clientes da medicina oficial. Não se organizam à margem dos valores instituídos; não representam um grupo deslocado do estabelecido socialmente.

Não se dizem portadores de poderes sobrenaturais, não se crêem iluminados ou predestinados, não acreditam no poder dos seus olhos nem no de sua vontade, mas unicamente na onipotência divina, nos milagres da fé, no poder miraculoso das palavras que atraem a benevolência dos santos e a piedade do Criador. (idem).

As benzedoras são vistas com simpatia e benevolência, retratadas como integrantes de variadas camadas sociais dos centros urbanos¹⁰, adeptas de uma prática conciliadora que evita conflitos com a medicina oficial:

Se o mal se agrava e o recurso científico é solicitado, não se agastam...quase sempre o recomendam, embora muitas vezes a confiança do paciente nas benzedoras... façam perder a ciência precioso tempo. (p.75)

Assim, não ameaçando os campos de domínio e poder material e sobrenatural, podem sobreviver como grupo atuante. Mesmo assim são consideradas por Cabral como “*filhos ilegítimos da medicina teológica e da ignorância do povo*” embora se reconheça sua ação no que concerne ao apoio espiritual e moral:

Se não é socorro, ao menos é uma assistência; se não consegue curar, ao menos consegue consolar; senão alivia as dores, ao menos mantém a esperança e fortalece a fé. E muita gente há que não disporá senão pouco mais do que isso... (idem)

A simbiose das práticas religiosas de cura

Igual condescendência e incipiente reconhecimento não são creditados às denominadas “feiticeiras e curandeiras” geralmente oriundos do grupo negro, como apontamos anteriormente. Entretanto, examinando as práticas de benzedoras, feiticeiras e curandeiras, veremos que é por demais tênue, duvidosa e móvel a fronteira traçada pelo autor entre estes três grupos. Elementos apontados entre os utilizados por benzedoras durante as rezas - água, azeite doce, cinza, saliva, galho de arruda, alecrim ou funcho, brasas, imagens de santo, penas de galinha, dentes de alho, tinta, cinzas, lã, algodão, etc. são também largamente utilizados nas religiões afro-brasileiras desde seus primórdios, consideradas então como feitiçaria ou curandeirismo. E mesmo a invocação de

¹⁰ Vale reproduzir a poética descrição de sua ação: “*da gente humilde que crê, àqueles que não dispõem de recursos pecuniários para atender as despesas de médico e farmácia; dos que foram desenganados, aos que desesperaram em ser atendidos pelos Institutos de Aposentadoria; dos casos banais, que se curariam pela própria ação medicatriz da natureza, aos casos desesperados para os quais não encontra a medicina oficial recursos terapêutico*”. Cabral reconhece ainda sua importância social: “*nas zonas rurais e praianas longe dos centros urbanos, nos lugares onde não há médicos nem farmácias, são, em geral o primeiro socorro das populações...*”. Cabral, idem.



santos católicos é uma constante na prática da Umbanda desde seu surgimento até nossos dias. Até mesmo as doenças benzidas na época aqui analisada assemelham-se muito às relatadas pelos umbandistas: espinhela caída e quebranto e o hábito de benzer animais domésticos estão entre as mais citadas. O encaminhamento ao auxílio médico também é comum entre umbandistas.

Não por acaso a benzedura de animais foi localizada em Curitiba, região do Planalto Catarinense, que tem grande incidência de população “cabocla”. A presença indígena pode estar na explicação desta simbiose que aproxima as benzeduras das religiões afro-brasileiras, que também apresentam sua feição indígena nos rituais da Umbanda e no “Candomblé de Caboclo”.

A fronteira entre os três grupos - benzedoras, feiticeiras e curandeiras - é tão fugaz de fato, mesmo na conduta cotidiana, que estes chegam mesmo a confundir-se, mesclarem-se e influenciarem-se mutuamente desde seus primórdios. O próprio Cabral relata as dificuldades que teve para recolher o material de pesquisa, uma vez que as benzedoras temiam as autoridades sanitárias e policiais e a conseqüente perseguição às suas práticas, estigma similar vivido pelos descendentes de escravos em geral denominadas “curandeiras” e “feiticeiras”. Mesmo aqueles que atenderam ao pedido do estudioso, solicitaram que seus nomes não fossem divulgados, pois temiam as zombarias dos colegas. E há ainda aqueles que simplesmente recusaram-se a participar da pesquisa alegando que perderiam o “poder” e a “força”.

Claro está, que a separação e delimitação entre uns e outros feita por Cabral - de um lado benzedoras “bem intencionadas” e, de outro, feiticeiras e curandeiras, “mal intencionadas” - não existia na realidade, pois para a polícia e sanitaristas, como vimos pelo temor dos entrevistados por Cabral, todas estas práticas alternativas de saúde eram consideradas passíveis de medidas repressivas.

Do exposto, podemos inferir que as religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis originaram-se principalmente nas práticas alternativas de saúde de mulheres benzedoras, curandeiras e “feiticeiras” dos finais do século XIX até a década de 40 do século XX. Estas representaram, para as classes populares da época, um das poucas alternativas de organização social e de busca de saúde física e espiritual. Suas práticas foram combatidas pela Medicina oficial hegemônica e pela chamada “higienização modernizadora” levada a cabo nas primeiras décadas do século XX em Florianópolis, ambas portadoras de uma concepção excludente, que marginalizou negros e pobres, os mentores culturais das religiões afro-brasileiras. Este quadro resultou na acirrada estigmatização destas, que se viram na contingência de permanecer no anonimato, impedidas de dar visibilidade a suas ações, restringindo-as praticamente ao espaço privado das residências das próprias praticantes ou consulentes.



Bibliografia

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A medicina teológica e as benzeduras. Prefeitura Municipal de São Paulo. Departamento de Cultura. São Paulo:SP, 1958.

_____. Medicina, médicos e charlatães do passado. IBGE, Departamento Estadual de Estatística. Estado de Santa Catarina. Imprensa Oficial, publicação nr.25, 1942.

DUARTE, Luis Fernando Dias. A outra saúde: mental, psicossocial, físico-moral .IN: ALVES & MINAYO (orgs.) Revista Saúde e Doença. Um olhar antropológico. RJ: Fiocruz, 1994.

MAGGIE, Yvonne. Medo do feitiço. Relações entre poder e magia no Brasil. RJ: Arquivo Nacional, 1992.

MORTARI, Claudia. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos; um espaço de controle ou um território negro de resistência (1840-1850). TCC. Curso de História. UFSC, 1995.

JORNAL A NOTICIA, Joinville (SC). 17/2/2000.

Revista isto é. Médicos de Fé, 14/07/1999.

TRAMONTE, Cristiana. Com a bandeira de Oxalá. Trajetória, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. Florianópolis Lunardelli:, Itajaí: Editora da UNIVALI, 2001.